

*Título do Projeto:* **Práticas sobre o Orçamento Democrático e Participativo**

**APRESENTAÇÃO:**

Este projeto é resultado do projeto de pesquisa “Teorias e práticas sobre o orçamento público e democrático” aprovado na Unidade Acadêmica de Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da UFCG, que é desenvolvido há mais de quatro anos pelo professor Doutor Luiz Antonio Coêlho da Silva e por sete alunos voluntários do curso de Gestão Pública do CDSA.

O projeto contempla os seguintes itens: 1. Sensibilização dos alunos da rede municipal de Sumé sobre a importância do orçamento democrático e suas demandas. 2. Controle social e participação popular em Sumé-PB, sendo importantes já que fortalecem o controle social e a democracia participativa da cidade de Sumé e da região.

Tal projeto serve para aumentar o número de pesquisas relacionadas às práticas democráticas e ao orçamento participativo implementado em várias cidades do país, inclusive no cariri paraibano, como é o caso da recente implantação no município de Amparo-PB. É bom ressaltar, que na formação de um bom gestor público é de suma importância a prática da gestão social e de metodologias participativas e democráticas, o que é contemplado em todas as etapas deste projeto, além das contribuições sociais que um projeto com esta magnitude pode proporcionar a população. Sendo, portanto, necessário, projetos como este de cunho social e participativo.

É pertinente, pois a situação atual do país clama por mais transparência dos processos da gestão pública, incluindo neste bojo práticas como a implementação e discussão do orçamento democrático a nível nacional ou mesmo local.

**JUSTIFICATIVA:**

Este projeto de extensão contribuiu para a melhoria da Gestão Pública da região do Cariri Paraibano, demonstrando teorias e práticas que têm dado certo em vários municípios, onde novas formas de discussões orçamentárias têm disso

implementadas para uma administração pública eficaz, eficiente e efetiva, com retornos positivos para a população em geral.

Com o equilíbrio financeiro adquirido pelo município os seus habitantes provavelmente terão uma maior qualidade de vida, além de saberem as aplicações dos recursos públicos de forma transparente. Ou seja, Aplicando bem o dinheiro e democratizando o orçamento, que provêm originalmente de recursos arrecadados da própria população, se terá a visibilidade da gestão pública e sua importância social, o que será transmitido e debatido em palestras, reuniões e treinamentos em escolas da região de Sumé e com a população em geral.

Outra contribuição deste trabalho foi a iniciação à extensão de alunos do curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e do aluno bolsista, com tema prático e fundamental como o controle social e o orçamento participativo para a formação acadêmica de um gestor público, além de um bom pesquisador e extensionista sobre a temática. A partir deste projeto, será efetivada a construção de artigos científicos com os **01 (um) aluno** pesquisador/colaborador desta extensão, os quais ainda não detêm de experiência acadêmica nesta área. A seleção dos alunos voluntários será feita através do edital PROPEX 004-2016 com o professor/orientador da extensão em data posterior a aprovação do projeto.

Este projeto contemplou: 1. Sensibilização dos alunos da rede municipal de Sumé sobre a importância do orçamento democrático e suas demandas. 2. Controle social e participação popular em Sumé-PB, sendo importantes já que fortalecem o controle social e a democracia participativa da cidade de Sumé e da região.

Além destas justificativas, o presente projeto ontribuiu com dados para as pesquisas que compõem o Núcleo de Estudos em Gestão Pública, Política e Cidadania, da Unidade Acadêmica de Educação no Campo, da UFCG, as quais estão voltadas para a formação de um gestor público contemporâneo, com princípios éticos e democráticos, além das contribuições sociais.

## **OBJETIVOS:**

O objetivo geral deste projeto foi demonstrar as práticas do orçamento democrático e participativo, e repassar para discussões com os alunos das escolas

de Sumé-PB de ensino fundamental e para os cidadãos do município de Sumé-PB. Para tanto, seguem os objetivos específicos:

- Demonstrar a importância do orçamento público na gestão pública brasileira para alunos de ensino fundamental do município de Sumé e a sua população em geral;
- Explorar, na literatura, conceitos, definições e abordagens sobre o orçamento público e democrático contemporâneos com os acadêmicos do curso de Tecnologia Superior em Gestão Pública;
- Identificar novas práticas de implementação do orçamento público, com ênfase no orçamento democrático e repassá-las para os alunos das escolas de Sumé-PB de ensino fundamental e para a população sumeense.
- Comparar modelos de orçamento público, em municípios do cariri, ou da Paraíba, ou mesmo do Brasil, como forma de construção democrática dos anseios da população em peças orçamentárias com os alunos bolsistas fazendo as devidas análises e reflexões teórico-práticas.

### **Público Alvo:**

Alunos das escolas municipais de Sumé, principalmente os de ensino fundamental.

Alunos do curso de graduação em Gestão pública do CDSA.

A população do município de Sumé, na Paraíba.

### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:**

Na contemporaneidade, as teorias e práticas da gestão pública têm passado por constantes transformações, que torna a gestão mais eficiente, econômica e eficaz, e busca ainda a transparência das ações administrativas para a sociedade em geral como forma de prestação de contas.

Sendo assim, o final da década de 1970, especialmente no caso do Brasil, foi marcado pelo reaflorescimento dos debates a respeito das práticas democráticas implementadas na administração pública. As expressões populares, abafadas pela ditadura militar, ganham um novo fôlego, influenciando os emergentes movimentos sociais que contribuíram com o fim do regime autoritário da década de 1980 (SÁNCHEZ, 2002).

O orçamento público é tido como um instrumento de viabilização do planejamento governamental e realização das políticas públicas organizadas em programas e a alocação de recursos para as ações orçamentárias, atividades e operações especiais.

Têm-se que o orçamento público foi instituído por Lei na década de 1960, a qual estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle do orçamento dos estados e municípios e Distrito Federal, bem como de acordo com a Constituição Federal de 1988 que estabelece novas diretrizes para o orçamento público no Brasil.

Ao discutir sobre planejamento Marques (2005, p. 25), destaca que:

O orçamento é concebido porque as necessidades são ilimitadas e os recursos são escassos, o que leva a obrigação de compor todas as limitações existentes para executar aquilo que a cidade precisa. Os orçamentos, tanto os públicos quanto os pessoais devem levar em conta os recursos disponíveis e as necessidades. O planejamento atua para orientar e disciplinar essas necessidades, para organizá-las ao longo do tempo.

Com isso, observa-se que o orçamento deve contemplar as necessidades mais urgentes da sociedade, priorizando áreas básicas, como a saúde e a educação, para que assim se tenha uma melhor qualidade de vida para todos.

De acordo com Rego (2009) o Orçamento Público, em sua forma tradicional representa um conjunto de decisões tomadas por uma minoria que possui o poder, de modo autoritário, sem considerar a opinião da população em geral. Nessa perspectiva, os Orçamentos Participativos consistem em uma abertura do aparelho de Estado à possibilidade de a população participar, falar, diretamente, das decisões a respeito dos objetivos dos investimentos, contribuindo significativamente no planejamento do Plano Plurianual (PPA), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da Lei

de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que são as peças principais componentes do Orçamento Público de qualquer administração pública.

Mesmo o Brasil possuindo experiência no processo de centralização política, produzindo relações sociais autoritárias e clientelistas, e com pouca experiência nas práticas democráticas, observou-se uma evolução no final do século XX, nas palavras de Salles (2010), que fez do Brasil um dos países com maior número de práticas participativas e democráticas.

Portanto, neste contexto, surge uma nova proposta de orçamento, denominado de orçamento democrático que busca implantar um processo de discussão e definição de prioridades durante a elaboração do orçamento público. Assim, o Orçamento Participativo (OP), mesmo não estando em pauta na Constituinte de 1988 é considerado uma alternativa para a crise da democracia representativa. Sendo, portanto, objeto de vários estudos pela academia e considerado uma das práticas promissoras difundidas entre a década de 1990 e a atualidade, sendo implantados em muitos municípios brasileiros, e até mesmo em estados brasileiros.

Neste sentido, surge a experiência democrática que é a democracia participativa. Segundo Sell (2006), pode-se entender a democracia representativa como um conjunto de experiências e mecanismos que tem procuram estimular a participação direta dos cidadãos na vida política por meio de canais de discussão e de decisões governamentais.

A Constituição brasileira de 1988 incorporou a construção de estruturas democráticas no aparato estatal como forma de potencializar a participação popular. Somada a isso, a reforma do Estado, ocorrida em diversos países da América Latina, delineou a construção institucional da participação, associando-a à governabilidade e à eficiência administrativa. Da junção desses dois “movimentos” resultou um ideário participacionista e a institucionalização da participação que passaria a compor o processo de democratização em curso (KERBAUY e FALCHETTI, 2010, p.446).

É nesse contexto de mudanças e transformações que surge a proposta do Orçamento Participativo (OP), resultado das lutas populares por uma política administrativa que considerasse o cidadão não apenas como receptor, mas como ator das ações, adquire um caráter puramente propositivo.

Para Ananias (2005, p. 33):

O Orçamento participativo se constitui em um antídoto contra a corrupção e o desperdício do dinheiro público. Com sua implantação as obras faraônicas, inacabadas para atender a interesses partidários, clientelísticos, mesquinhos, obras para pagar dívidas de campanha tendem ao desaparecimento. São realizadas as obras necessárias que melhor atendem aos interesses da coletividade. O orçamento participativo pode ser considerado também um antídoto contra a burocracia no sentido pejorativo da palavra. Significa, portanto, a criação e ampliação dos espaços democráticos, do controle social sobre o Estado.

Sabe-se que a essência de todo o mecanismo do orçamento participativo é a democratização do orçamento público, desde a sua criação, construção até a sua implementação, onde existe o envolvimento da sociedade civil no processo de planejamento dos gastos públicos, processo que anteriormente era visto como uma construção exclusiva dos gestores públicos e de técnicos de sua gestão vigente.

Vários estudiosos, entre eles Gohn (2001), compreendem o fundamental papel que exerce o âmbito local na efetivação das relações de participação popular. Os municípios são tidos como cenários privilegiados do exercício do poder local, sendo esta a possível explicação para o sucesso dos orçamentos participativos em esfera municipal onde são implantados.

Para Avritzer e Navarro (2001 *apud* SÁNCHEZ, 2002, p. 29), o processo de participação está baseado em três princípios, a saber:

Esses princípios são: (1) participação aberta a todos os cidadãos sem nenhum *status* especial atribuído a qualquer organização, inclusive as comunitárias; (2) combinação da democracia direta e representativa, cuja dinâmica institucional concede aos próprios participantes a definição das regras internas; e (3) alocação dos recursos para investimentos baseada na combinação de critérios gerais e técnicos, ou seja, compatibilidade entre as decisões e regras estabelecidas pela ação governamental, respeitando também os limites financeiros.

Assim, observa-se que a vontade da população deve ser respeitada, a qual possui em seu cerne a democracia em todas as decisões com o intuito de melhorar suas vidas através de políticas públicas adequadas.

Dizemos, então, que uma sociedade é democrática quando institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como luta social e, politicamente,

como um contra-poder social que determina, dirige, controla, limita e modifica a ação estatal e o poder dos governantes. (CHAUI. 2005.p.25).

Verifica-se que a democracia deve ser tida como uma construção social, onde as pessoas passam a ter voz e vez na maioria das decisões governamentais, priorizando sempre a questão dos recursos financeiros e as prioridades sociais.

Para Bobbio (1986, p. 36):

As democracias representativas que conhecemos são democracias na quais por representante entende-se uma pessoa que tem duas características bem estabelecidas: a) na medida em que goza da confiança do corpo eleitoral uma vez eleito não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável; b) não é responsável diretamente perante seus eleitores exatamente porque convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses desta ou daquela categoria.

Quanto à democracia representativa entende-se pela conclamação de um candidato para representar os seus eleitores, os quais devem ser bem representados e priorizados em todas as suas decisões.

Quando se fala em experiências de orçamento democrático lembra-se sempre da experiência de João Pessoa que é mais uma experiência a somar-se a tanta outras em todo o Brasil, como novo espaço de construção de política pública, só que através da participação do povo. Portanto, ao longo das duas últimas décadas iniciativas de participação popular foram surgindo e com elas a disseminação de outra forma de gerir os recursos públicos, de possibilitar a transparência na administração pública, bem como a possibilidade da construção de uma nova consciência política social.

Diante dessas considerações, são evidenciadas as seguintes problemáticas de estudo a seguir: Qual a importância do orçamento participativo na gestão pública brasileira, com ênfase na gestão de Sumé-PB? Quais os principais conceitos, definições e abordagens sobre o orçamento democrático e participativo contemporâneos? Quais as novas práticas de implementação do orçamento participativo? Quais os principais modelos de orçamento público, em municípios do cariri, ou da Paraíba, ou mesmo do Brasil?

## **METODOLOGIA:**

Metodologicamente, esta extensão foi classificada como descritiva e exploratória, utilizando a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a pesquisa de campo. Como técnicas de coleta de dados, foram utilizados a observação, anotações no diário de campo, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários aos representantes da gestão pública na área do estudo, além dos alunos de ensino fundamental das escolas de Sumé-PB, com os alunos de Gestão Pública e com a população sumeense.

## **AValiação:**

A avaliação dos dados foi efetivada a partir de uma abordagem quali-quantitativa, considerando que a extensão foi projetada para analisar os orçamentos públicos e democráticos de experiências bem e/ou mal sucedidas nos municípios paraibanos, ou mesmo a nível de outros estados, como para descrever e interpretar dados e informações de maneira mais aprofundada, observando aspectos qualitativos dos mesmos e repassando-os para a sociedade de Sumé-PB e para os alunos das escolas municipais de Sumé-PB de ensino fundamental. Os dados e informações sobre o orçamento público e democrático foram expostos e analisados em encontros semanais nas terças feiras, compreendendo o horário de 13:30 a 16:30 minutos, com a análise dos alunos bolsistas do curso de gestão pública e do professor/orientador da pesquisa no Observatório de Políticas Públicas do CDSA.

O projeto foi desenvolvido através de reuniões com os alunos bolsistas com as discussões de práticas democráticas, como o orçamento participativo. Em seguida, estes conhecimentos foram repassados para algumas escolas municipais de Sumé e para a sociedade sumeense, através de palestras, treinamentos, reuniões, onde serão sanadas dúvidas e esclarecimentos, sensibilizando a população para uma maior consciência políticas e práticas participativas, o que provocará a execução dos objetivos propostos.



## Cronograma:

Ano: meses	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Levantamento e revisão da bibliografia	X	X							
Coleta de dados nos sites oficiais e prefeituras		X	X						
Visitas às escolas, palestras, treinamentos, reuniões com a população			X	X	X	X	X	X	X
Tabulação e transcrição dos dados, além da análise. Criação do grupo de orçamento nas escolas e o orçamento participativo de Sumé-PB								X	X
Discussão/conclusão dos resultados									X

## Trabalho para o bolsista:

Atividade	Local(is)	CH/sem	Local de orientação	Forma de acompanhamento
Leitura de textos ligados a democracia e ao orçamento participativo	CDSA		CDSA	Relatórios
Discussão e formação em orçamento democrático	CDSA	4 horas	CDSA	Relatórios
Execução de palestras, criação dos grupos de orçamento participativo e	Escolas de Sumé-PB e na cidade	4 horas	CDSA	Relatórios

do orçamento participativo de Sumé				
Execução de treinamentos, audiências, cursos, formações	Escolas de Sumé-PB e na cidade	4 horas	CDSA	Relatórios

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

No grupo de Orçamento discutimos sobre o que era o projeto orçamento participativo para os novos integrantes do grupo, que logo em seguida explicaram o que entendiam do grupo e quais os seus objetivos enquanto membros. falou-se de vários casos de corrupção do país, da crise política e econômica brasileira atual e de possibilidades de diminuição ou extinção da corrupção, que para alguns alunos é “algo utópico”. O professor Luiz Coêlho explanou algumas ideias contidas no Livro “Um país sem excelências e mordomias” de Claudia Wallin (2014), onde a autora faz um comparativo com a Suécia considerada o país mais democrático do mundo e o Brasil que possui grandes escândalos de corrupção e de desvios de gastos públicos. O livro fala de como os políticos da Suécia são tratados e de como a sociedade os vê. Como exemplos da vida dos políticos da Suécia, temos: chegam a almoçar sanduíches trazidos de casa, não possuem carro, nem motorista e nem residência oficial, não têm assessores, ganham baixo salário e possuem uma vida simples em pequenos apartamentos sem luxos e mordomias, o que nos faz refletir sobre o equilíbrio dos gastos públicos e de como estes políticos se preocupam com o povo que os vigia diuturnamente. Marcamos a entrega do relatório do orçamento participativo do CDSA para a direção e para todo o CDSA.

Começamos uma discussão acerca dos resultados apresentados no relatório do orçamento participativo do CDSA, aplicado em março de 2016, em que o grupo apreciou as demandas exibidas no documento, as quais objetivam a implantação do orçamento público no Campus. Em seguida deliberou-se levar o citado documento à direção de centro e estabelecer prazo para cobrar as ações pertinentes contidas no relatório, bem como se ter uma resposta acerca do que foi feito durante o período estabelecido. Ademais, o grupo idealizou a possibilidade de realização de audiência

com participação dos gestores do CDSA (Diretor e vice) e toda a comunidade acadêmica, para o fim de questionamentos referentes à gestão - temáticas propostas pelo grupo - tempo cronometrado para o ato, bem como gravação das respostas obtidas e registo em ata. Através de convite feito pelo professor Luiz Coêlho, recebemos o vice-diretor do Campus, José Irivaldo, sendo-lhe entregue o relatório com os resultados do orçamento participativo do CDSA e esclarecidas as discussões acima mencionadas. Foi dada a palavra ao mesmo, que falou sobre a realidade política e financeira do campus. O professor Luiz direcionou o grupo para a realização de pesquisa e produção de artigo científico sobre Orçamento Tradicional e Participativo, logo após fotografamos o campus.

Iniciamos mais um encontro com a primeira apresentação de seminário/trabalho. Um dos integrantes do grupo, Igor Nascimento, teve a responsabilidade de apresentar aos demais componentes a real importância do Orçamento Participativo (OP), com o tema “tendências do orçamento participativo”. Igor fez questão de explicar a necessidade de ampliar a participação popular às decisões referentes ao orçamento público, ferramenta que além de proporcionar diversos avanços na democracia participativa, ainda dificulta ações como clientelismo e fisiologismo. Durante a apresentação, o professor Luiz Coelho fez pequenas pausas para nos orientar e esclarecer determinadas dicas de apresentações de slides e postura do integrante responsável pela apresentação, cujo objetivo era aperfeiçoar sua desenvoltura e segurança nas afirmativas. Em seguida, o professor demonstrou algumas idéias contidas no livro “Exmo. Sr. Prefeito: Município sem Gestão não tem Solução!” de Maria Lucia Simões (2010) onde a autora ensina como é possível desenvolver uma série de fatores fundamentais a uma boa administração governamental. Entre estes fatores, a autora destaca a necessidade da criação de um Plano Diretor para nortear o trabalho, a escolha dos profissionais corretos para compor a equipe gestora, a relevância do cumprimento das promessas de campanha eleitoral e a importância de envolver órgãos representativos da comunidade. Todos estes tópicos para solidificar um planejamento estratégico capaz de atender aos anseios da população, marcou-se também para a próxima semana a continuação das apresentações dos trabalhos.

Desta vez redefinimos as datas dos próximos encontros, bem como, das futuras apresentações dos trabalhos propostos. Posteriormente deu-se continuidade

às apresentações dos seminários, que teve como tema: Tecnologia da Informação (TI) na Gestão Pública, sendo apresentado pelo aluno e componente do grupo Gerson Oliveira, que iniciou a discussão conceituando a “Informação”, segundo Gouveia e Ranito (2004), enquanto ferramenta de gestão no serviço público voltada às mudanças nos órgãos e departamentos públicos, e discutindo os impactos da Tecnologia da Informação no referido contexto, que acaba por impulsionar a emergência de uma nova forma do governo trabalhar, com mais transparência e dependência dos recursos inerentes à Tecnologia da Informação, que foi conceituada enquanto sinônimo de qualidade, eficiência e inteligência, cuja função é modificar o modo como são estruturados e administrados os processos no serviço público, para que assim se obtenha serviços de qualidade para o cidadão. No decorrer da apresentação, o professor Luiz fez questionamentos acerca das dificuldades existentes para obtenção de verbas pelos gestores para se investir na TI. Já Allysson falou sobre o “Marketing político” que explana formas de trazer o político e seu comportamento para a avaliação do eleitor, mostrando sua real capacidade de gestão. Para finalizar a discussão, foi utilizada a frase do autor Steve Jobs que enfatiza que “A inovação é o que distingue um líder de um seguidor”.

Debatemos sobre a audiência pública no terceiro Período de Gestão Pública sobre Transparência dos gastos do CDSA com o Diretor do Campus Vanderlan Oliveira. Em seguida, houve a apresentação do aluno Daniel que abordou o tema “Ensino da Gestão Pública”, que designa um campo de conhecimento de trabalho relacionado às organizações cuja missão seja de interesse público ou afete-o. Abrange áreas como Recursos Humanos, Finanças Públicas e Políticas Públicas, entre outras. Visa contribuir para o desenvolvimento de uma atuação crítica, promovendo o contato do estudante com sua realidade, bem como o confronto com situações distantes e culturalmente diferentes. Dando continuidade à apresentação dos seminários, Rafaelle, apresentou “Assédio Moral na Gestão Pública”, que é a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comum em relações hierárquicas autoritárias e sem simetrias, em que predominam condutas negativas a organização, forçando o trabalhador a desistir do emprego. Neste contexto, foi questionado, por que o assédio moral é frequente no âmbito do serviço público, que se dá ao fato do chefe

não dispor sobre o vínculo funcional do servidor. No setor público, muitas vezes, os chefes são indicados em decorrência de seus laços de amizade ou de suas relações políticas.

Foi falado sobre o retorno das atividades após 03 (três) meses, tendo em vista a ocupação estudantil do campus, bem como o período de férias. O coordenador do Projeto, Professor Luiz, propôs ao grupo a produção e submissão de trabalhos no Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP) até o dia 15 de março, evento que ocorrerá em João Pessoa-PB no mês de abril. A proposta também abrangeu a participação do projeto de Educação tutorial (PET) do CDSA. Em seguida, deliberou-se para o dia 20/02/2017, às 15:00 horas, a realização de Audiência pública no campus acerca das ações do orçamento participativo no CDSA, com a participação do Diretor de centro, José Vanderlan, e do Vice-Diretor José Irivaldo, uma vez que os mesmos ainda irão ser convocados; para a mesma data foi marcada a apresentação do trabalho por Paloma sobre Transparência e Lei de Acesso à Informação. O professor Luiz levantou a possibilidade de agendar para o mês de março visita ao Tribunal de Contas em João Pessoa. Também foi proposto convite ao professor de Gestão Pública, Allan Gustavo, para apresentar sua dissertação ao grupo do Orçamento e PET no dia 06/03/2017. Ao final, o professor Luiz direcionou o grupo para a realização de pesquisa e produção de artigo científico sobre orçamento tradicional e participativo, trabalho já discutido em outros encontros.

O próximo encontro foi iniciado com a apresentação de Igor Nascimento, que teve a responsabilidade de falar aos demais componentes a real importância do Orçamento Participativo (OP), com o resumo do livro “Orçamento participativo: uma leitura jurídica política” de Marcelo Minghelli (2005). A conexão entre as categorias, Estado e Espaço público permite a localização do Orçamento Participativo no cenário contemporâneo. Essa vinculação parte de uma cidadania moderna que busca o relacionamento com a especialidade pública formatada pelo Estado moderno. A dificuldade em torno de uma conceituação consensual do modelo liberal de espaço público tem relação direta com as diferentes roupagens do liberalismo, bem como as estruturas institucionais e sociais por elas propostas. O discurso liberal assumiu ao longo dos tempos tantas facetas que Norberto Bobbio chega a afirmar que nem sempre a burguesia esteve afinada com as teorias liberais. Planejamos a

participação do grupo na palestra dos professores Denise e Felipe (29 de março) com o tema “A reforma do ensino médio”. Ao final, marcou-se para o próximo dia 13 a continuação das apresentações com a integrante Paloma com o tema “Transparência e a lei de acesso à informação” e a apresentação do professor Alan sobre a “Expansão universitária”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

As reuniões/encontros do grupo foram de extrema importância para os integrantes, pois além da melhoria nas apresentações em seminários, também aprimoraram a forma de escrever; sem contar com o vasto campo do aprendizado que reforçam os estudos, além das aulas no período normal da graduação.

O objetivo geral deste projeto foi demonstrar as práticas do orçamento democrático e participativo, e repassar para discussões com os alunos das escolas de Sumé-PB de ensino fundamental e para os cidadãos do município de Sumé-PB. **No entanto, os resultados não foram tão alcançados devido as paralisações, assim expomos os resultados em murais, facebook e página da universidade, o que provocou certa dificuldade de realizações das discussões finais.**

**Quanto aos** objetivos específicos, os resultados foram: Objetivo 1. Demonstrar a importância do orçamento público na gestão pública brasileira para alunos de ensino fundamental do município de Sumé e a sua população em geral – Os resultados ficaram a desejar, no entanto, foi feita certa divulgação nas mídias sociais, murais, etc. No objetivo 2. Explorar, na literatura, conceitos, definições e abordagens sobre o orçamento público e democrático contemporâneos com os acadêmicos do curso de Tecnologia Superior em Gestão Pública – conseguiu-se sim alcançar tal objetivo, pois todos os alunos, inclusive o bolsista leu várias obras sobre o orçamento participando e explanou para o grupo de pesquisa, que fez discussões e conversas. No objetivo 3. Identificar novas práticas de implementação do orçamento público, com ênfase no orçamento democrático e repassá-las para os alunos das escolas de Sumé-PB de ensino fundamental e para a população sumeense – Os resultados não foram satisfatórios, mas houve determinada divulgação e ampliação dos resultados nas mídias sociais, principalmente da implementação do primeiro orçamento participativo do CDSA que foi feito em março a maio de 2016. Já o quinto objetivo específico foi comparar modelos de orçamento público, em municípios do cariri, ou da Paraíba, ou mesmo do Brasil, como forma de construção democrática

dos anseios da população em peças orçamentárias com os alunos bolsistas fazendo as devidas análises e reflexões teórico-práticas – Este objetivo foi alcançado, pois comparamos o orçamento do governo da Paraíba, de Amparo-PB, Porto Alegre-RS e de outras cidades do Brasil que utilizam esta mesma forma, para democratizar o seu orçamento público, o que levou há vários debates nas reuniões do grupo, e com o bolsista do projeto.

Sendo assim, observou-se que práticas sobre o orçamento democrático foram discutidas, o orçamento participativo do CDSA foi implementado pelos alunos do grupo de pesquisa em orçamento e estes estão cobrando melhorias e contemplação das demandas pela direção, para assim termos um CDSA melhor e com mais condições de desenvolvimento acadêmico e profissional, no intuito de formamos melhores gestores públicos e profissionais de outras áreas, com uma população mais consciente de seus direitos, cumprindo o papel de fato da universidade que é de melhorar a vida da sociedade e de trazer novos conhecimentos e experiências exitosas.

### **Fotos dos encontros e atividades do grupo e do bolsista:**

(Reuniões do grupo, apresentações, vistoria das demandas do Campus, simulado do orçamento participativo em sala de aula)







**Fonte:** fotos tiradas pelos pesquisadores (2016-2017).

### **INFORMAÇÕES:**

Coordenador do Projeto: Dr. Luiz Antonio Coêlho da Silva

Bolsista: Igor do Nascimento Leite

Duração: Abril a dezembro de 2016.